

O MUNAF, o PCP e o problema da estratégia revolucionária da Oposição, 1942-47 **

Foi a segunda guerra mundial que criou as condições de unidade da oposição no Portugal de Salazar e também as duma resistência activa até certo ponto. As mesmas condições que facilitaram a implantação do Partido Comunista como uma força importante e a intensificação das greves e protestos populares também criaram uma disposição favorável à unidade em acção contra o regime em muitos sectores da oposição, antes dispersos e desanimados. O clima internacional de luta antifascista, e especialmente o exemplo dos movimentos de resistência nos países europeus ocupados — movimentos dos quais começavam a chegar notícias, apesar da censura —, inspirava uma maior vontade de acção entre todas as forças progressistas ou liberais em Portugal. Tendo também em conta as condições materiais muito difíceis no País e a tradição de aliança com a Inglaterra, era natural uma convergência entre o descontentamento popular contra a política oficial de exportação de géneros para o Eixo e os sentimentos a favor dos Aliados em sectores intelectuais. Assim surgiu, talvez pela primeira vez, a possibilidade de união entre a oposição intelectual e os protestos populares contra as privações materiais.

A iniciativa para estabelecer a unidade na prática veio do Partido Comunista. Começando em 1942, o PCP intensificou as suas chamadas à unidade da oposição (unidade que favorecia teoricamente desde 1935 com a adopção da linha da «Frente Popular» pela Internacional). Tanto na sua propaganda, como através de contactos directos com outros sectores da oposição, o Partido Comunista apelava agora para medidas concretas a fim de se estabelecer a unidade activa. Desenvolveram-se contactos com todos os partidos e organizações — o Partido Democrático (PRP), os restos do velho Partido Socialista (SPIO), a nova União Socialista (em vias de formação), a Maçonaria, os sectores católicos liberais, a CGT e até os monárquicos. O PCP propunha a formação de «comissões de unidade nacional», com um programa mínimo como base de acção. Já em Janeiro de 1943 o *Avante!* dedicava uma parte importante das suas escassas páginas a apelos à unidade em defesa da liberdade e da independência, à participação de todos os portugueses progressistas e patrióticos na luta antifas-

* Universidade de Toronto, Canadá.

** Uma primeira versão deste artigo foi apresentada num colóquio no Instituto de Ciências Sociais, em 28 de Abril de 1983. Agradeço os comentários de Adérito Sedas Nunes, Luís Salgado de Matos, Jaime Reis, Manuel Braga da Cruz e outros então presentes, embora as opiniões expressas sejam evidentemente minhas.

cista e à negociação de um programa mínimo de reformas democráticas. Mas nesta altura ainda existia em certos sectores muito receio da colaboração com os comunistas e o Partido também desconfiava de alguns sectores da oposição:

Não basta a unidade de sentimentos. É necessária a unidade na luta. Não basta dizer-se que se é antifascista e que se está disposto à unidade. É necessário prová-lo na acção ¹.

Forçoso era também reconhecer que a história recente do PCP, de cisões e traições, não suscitava confiança. Mas, com o tempo, tornava-se cada vez mais evidente que, a partir da reorganização de 1941, o Partido se tinha convertido numa organização eficaz, de grande capacidade política e de uma influência nas massas que aumentava dia a dia; uma força que nenhum antifascista coerente podia ignorar. Não só era amplamente reconhecida a sua acção directiva no fluxo do protesto operário e camponês, mas também começavam a ser respeitadas as suas análises políticas. Em palavras que seriam proféticas, o *Avante!* advertia contra quaisquer ilusões de libertação fácil pela mão dos Aliados:

A evolução da situação militar a favor dos Aliados das novas forças ao movimento democrático e patriótico nos países ocupados e nos países fascistas. Em Portugal, essa evolução tem feito engrossar o movimento antifascista, tem feito multiplicar o número dos que desejam uma rápida derrota de Hitler, tem feito multiplicar o número dos adversários de Salazar e tem mesmo afastado da política salazarista indivíduos que a acompanharam longo tempo. Mas a evolução militar a favor dos Aliados tem sido também um resultado que há que combater desde já. É a formação, em alguns sectores antifascistas, da ideia de que *Salazar cairá com Hitler, de que a derrota do fascismo em Portugal está absolutamente dependente da derrota do fascismo internacional e que, portanto, há que esperar que a vitória dos Aliados liberte o povo português do jugo do fascismo.* Esta corrente goza de muitos partidários no campo democrático e patriótico e conduz à inacção, à elaboração de grandes programas para depois da derrota do fascismo e à *ausência de planos de luta para derrubar o fascismo.* Esta corrente não faz mais do que fortalecer a posição do governo fascista e contraria a formação do movimento de Unidade Nacional que derrube o fascismo e salve a Liberdade e Independência de Portugal. *Há que reagir contra esta tendência errada que descre das possibilidades do povo português e favorece a persistência do fascismo* ².

A linha do Partido Comunista era a de promover a fusão da campanha política contra o fascismo com as lutas quotidianas do povo por melhores salários e condições de vida. Era nas fábricas e nos campos que deviam criar-se «comissões de unidade nacional», independentes de qualquer ideologia ou crença religiosa e que conduzissem a luta «pelo pão, pela liberdade e pela Independência Nacional»; estas comissões locais de base deviam contribuir para a formação dum Comité Dirigente de Unidade Nacional

¹ *Avante!*, VI série, n.º 24, 1.ª quinzena de Janeiro de 1943.

² *Ibid.*, VI série, n.º 25, 2.ª quinzena de Janeiro de 1943 (sublinhado do original).

que representasse todas as forças patrióticas e antifascistas na luta «contra a política de traição de Salazar, pelo derrubamento do fascismo e pela instauração dum governo democrático de Unidade Nacional»³.

O desejo de unidade aqui formulado era autêntico, e disso o PCP daria provas nos anos seguintes, quando chegou a trabalhar eficazmente com os representantes de muitas organizações e tendências políticas diferentes. Mas a estrutura orgânica sugerida pelo Partido para o novo Movimento de Unidade Nacional encontraria resistências inevitáveis da parte de outros grupos no campo democrático. A formação de comissões locais com base nas lutas materiais nas fábricas e nos campos era, sem dúvida, a melhor maneira de conferir ao movimento um carácter popular e poderia, dentro de alguns anos, ter tornado possível uma insurreição de massas contra o regime. Mas, por mais esforços que se fizessem para dar a estas comissões uma feição independente, elas teriam inevitavelmente um carácter de classe inaceitável pelos demais sectores da oposição; quando mais não fosse, pela falta total de inserção nas lutas quotidianas de operários e camponeses dos republicanos, mações, socialistas, etc., o Partido Comunista teria automaticamente a hegemonia em quaisquer comissões formadas desta maneira. Este facto seria um obstáculo importante ao desenvolvimento do Movimento e na prática adoptar-se-ia uma solução intermédia, a de organizar comissões locais em bases bastante heterogéneas e frequentemente duma eficácia limitada.

Outro elemento na constituição do Movimento, indispensável à criação duma unidade efectiva, era o acordo sobre um programa político comum; aqui, em princípio pelo menos, havia menos reticências da parte da oposição liberal. Em Março de 1943, o PCP publicava um projecto programático no qual afirmava que o fim do Movimento era o derrubamento de Salazar e a formação dum governo democrático de unidade nacional e indicava uma série de medidas específicas a tomar por este governo: a suspensão de todas as exportações para o Eixo, a dissolução da PVDE, da Legião e da União Nacional, a abolição da censura, a libertação de todos os presos políticos, a extinção do Campo do Tarrafal e algumas reformas sociais mínimas a favor da classe operária⁴. O projecto não era um programa de acção para o derrubamento do regime, mas representava um passo essencial na unificação da oposição para facilitar acções conjuntas posteriores. Era também um projecto concreto e razoável que os demais sectores da oposição já não podiam desprezar como propaganda partidária; e, de facto, existiam indícios de uma vontade de colaborar com os comunistas de parte de alguns grupos da oposição burguesa.

De todos os agrupamentos isolados e heterogéneos da oposição existentes nos primeiros anos 40, o mais activo (fora o PCP) e o mais interessado na constituição dum movimento unitário antifascista era um pequeno núcleo de intelectuais socialistas que iam formar, em finais de 1943, a União Socialista. Descontentes com a situação resultante da dissolução do velho Partido Socialista (SPIO), de Ramada Curto, os advogados José Magalhães Godinho e Armelim Moura Dinis, em colaboração com o oficial do Exército Manuel Pires de Matos, começaram, no Verão de 1942, a contactar muitos

³ *Avante!*, IV série, n.º 27, 2.ª quinzena de Fevereiro de 1943.

⁴ *Ibid.*, VI série, n.º 29, 2.ª quinzena de Março de 1943: «Nove pontos-programa para a unidade nacional.»

advogados, intelectuais e oficiais progressistas com a ideia de promover uma nova organização socialista. Um dos indivíduos contactados foi o grande matemático Bento de Jesus Caraça, que manifestou as suas simpatias pelo projecto, mas que preferiu ficar de fora precisamente devido ao interesse que tinha na formação duma frente unida antifascista, para a qual pensava que podia contribuir mais como independente⁵. Com alguns amigos, Caraça começou a contactar todos os sectores importantes da oposição e o resultado das suas sugestões foi uma reunião decisiva em finais de 1942 ou princípios de 1943, na qual começou o difícil processo de negociação para estabelecer uma base de unidade. Os participantes nesta reunião — Álvaro Cunhal e Fernando Piteira Santos pelo PCP, José Magalhães Godinho e Manuel Mendes pelo novo agrupamento socialista, Bento Caraça, António Sérgio e dois ou três outros — chegaram a um acordo sobre a necessidade dum movimento amplo, mas clandestino e eficaz, que desenvolvesse um programa democrático mínimo e uma actividade propagandística regular e que desse os primeiros passos de resistência armada⁶. Para chegar a um acordo sobre as bases de unidade e a estrutura orgânica do movimento seriam necessários vários meses, mas seria de facto esta reunião que iniciou o processo que levaria à fundação do Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista (MUNAF) em finais de 1943⁷.

Neste contexto, a polémica desenvolvida nas páginas do *Avante!* contra as tendências derrotistas ou colaboracionistas tem um significado específico. As advertências contra a ilusão da queda automática de Salazar com o triunfo dos Aliados, ou contra qualquer intento de construir uma unidade parcial (isto é, com a exclusão dos comunistas), dirigiam-se a grupos ou sectores específicos e conhecidos. Pode dizer-se que o PCP estava negociando publicamente (através da sua imprensa clandestina) com os mesmos indivíduos e grupos com os quais mantinha conversações reservadas. Ao fazer isso, visava simultaneamente desenvolver uma consciência de massas favorável às suas posições sobre a táctica e a estratégia da luta antifascista e exercer pressões sobre os grupos com os quais estava em negociação. Parece que a táctica teve êxito, porque o MUNAF se formou com um acordo político semelhante, no essencial, ao que os comunistas vinham defendendo e com uma base ampla de unidade que abrangia a quase totalidade da oposição: o PCP, os anarco-sindicalistas da CGT, o núcleo da futura União Socialista, os remanescentes do velho Partido Socialista, os republicanos (PRP), a Esquerda Democrática, o grupo da *Seara Nova* e a Maçonaria⁸. As maiores dificuldades nas negociações surgiram da parte do velho Partido Socialista (SPIO) e de alguns republicanos, que receavam a colaboração com os comunistas e também tinham pouco interesse, na realidade, numa resistência activa ao regime.

Ao nível nacional, o MUNAF tinha uma estrutura dual: por um lado, o Conselho Nacional, organismo amplo e prestigioso; por outro, a Comissão Executiva, só com cinco ou seis membros. O Conselho Nacional incluía dois delegados de cada partido ou agrupamento político, mais uma lista extensa

⁵ José Magalhães Godinho, *Como Surgiu a União Socialista* (documento policopiado, consultado por cortesia do autor), pp. 1-3.

⁶ Entrevista com o Dr. José Magalhães Godinho, Lisboa, 22 de Janeiro de 1977.

⁷ *Avante!*, vi série, n.º 46, 1.ª quinzena de Janeiro de 1944.

⁸ Entrevistas com Fernando Piteira Santos (Lisboa, 9 de Dezembro de 1976) e com o Dr. José Magalhães Godinho (Lisboa, 22 de Janeiro de 1977).

de figuras conhecidas na vida cultural ou intelectual, militares ou representantes de organizações populares; a sua função era, em grande parte, simbólica e voltada para o possível impacte futuro do Movimento em condições de legalidade. Presidia o Conselho Nacional o venerado general republicano Norton de Matos, amplamente respeitado pelo seu papel na primeira guerra mundial e pela sua administração reformista de Angola. A Comissão Executiva — o órgão principal de decisão — tinha como membros fundadores José Magalhães Godinho (União Socialista), Fernando Piteira Santos (PCP), Jacinto Simões (republicano independente), major Moreira de Campos (republicano), Alberto Rocha e Manuel Duarte⁹. Começaram imediatamente a desenvolver contactos para estabelecer uma comissão regional no Porto, em bases similares, e depois comissões em Coimbra e demais centros regionais. Seguiu-se um esforço intenso para criar comissões locais ao nível de concelho e de freguesia e nas principais cidades formaram-se comissões profissionais de unidade nacional antifascista; também em zonas industriais houve algumas comissões de trabalhadores do MUNAF, tal como o Partido Comunista sugerira¹⁰. Apesar de ilegal e clandestino, o Movimento crescia rapidamente e um ano após a sua formação já tinha uma estrutura e uma influência de âmbito nacional. Evidentemente, tinha uma implantação desigual, com uma maior presença nos grandes centros urbanos e nas zonas industriais ou agrícolas de maior influência do PC; mas, em relação à situação da oposição dois anos antes, representava um salto qualitativo.

A base política para a formação do MUNAF era de um acordo mínimo, deixando sem resolver muitas questões de programa e de tática. O seu comunicado inicial chamava ao derrubamento do regime de Salazar, à instauração dum governo democrático provisório representando todas as forças antifascistas e à celebração de eleições livres dentro de um prazo razoável; à unidade na luta para atingir esse fim; à incorporação de Portugal na guerra internacional contra o fascismo ao lado das Nações Unidas; e à elaboração dum futuro programa de governo pelo Conselho Nacional de Unidade Antifascista¹¹. Ficaram por precisar tanto o conteúdo deste programa de governo, como os métodos de luta, e grande parte do ano seguinte foi dedicado à tarefa de resolver estas questões. Foi mais fácil de resolver a questão do programa de governo, porque não era de aplicação imediata, do que a dos métodos de luta. Mesmo assim, foram necessários meses de discussão para chegar a um acordo sobre o programa. Muitos republicanos e representantes das diversas tendências liberais e socialistas queriam elaborar projectos pormenorizados da política a aplicar em cada campo por um eventual governo democrático a surgir das urnas depois da queda do fascismo, mas outros (especialmente os comunistas) insistiam em que o único programa pertinente nessa altura era um programa de emergência indicando as medidas imediatas a decretar por um governo provisório que tomasse o poder logo após a libertação do País: dissolução da PVDE, da Legião e dos outros órgãos do Estado corporativo, restauração de todas as

⁹ Entrevista com o Dr. José Magalhães Godinho (Lisboa, 22 de Janeiro de 1977). Mário Soares (*Portugal Amordaçado*, Lisboa, Arcádia, 1974, p. 52) indica que a Comissão Executiva incluía também Bento de Jesus Caraça e Manuel Serra, mas é provável que esteja equivocado.

¹⁰ Entrevista com o Dr. José Magalhães Godinho (Lisboa, 22 de Janeiro de 1977).

¹¹ *Avante!*, vi série, n.º 46, 1.ª quinzena de Janeiro de 1944.

liberdades democráticas, saneamento das forças armadas e da Polícia, implementação de todas as medidas necessárias para garantir eleições verdadeiramente livres, etc.¹² Depois de alguns meses de discussão, o PCP começou a recetar que mesmo a elaboração deste programa provisório chegasse a ser uma diversão das tarefas imediatas de organização e agitação. Em Abril de 1944, o *Avante!* exigia «Mais acção!» do Conselho Nacional:

Derrubar o fascismo salazarista e instaurar uma ordem democrática em Portugal — esta é a preocupação fundamental do Partido Comunista, esta é a direcção em que o Partido Comunista concentra todas as suas forças e energias. O Partido Comunista não espera que o fascismo caia de podre nem que os exércitos das Nações Unidas venham derrubar o Governo de Salazar. O Partido Comunista mobiliza a classe operária, os camponeses, as massas populares, na luta contra a política de fome, de terror e de traição do Governo fascista de Salazar. O Partido Comunista desenvolve a sua organização, intensifica a agitação de massas, prepara-se para as lutas decisivas contra a ditadura fascista [...]

Neste mesmo sentido se deverá desenvolver a acção do Conselho Nacional de Unidade Antifascista [...]

*O Conselho Nacional está elaborando um programa. Isso é muito importante, mas não é tudo. Mal do Conselho Nacional se deixar absorver todas as suas preocupações e energias pela elaboração do programa [...]*¹³

Apesar da sua ânsia — justificada — de acção, o PCP colaborou de forma muito importante na redacção do *Programa de Emergência do Governo Provisório*, adoptado pelo Conselho Nacional em Julho de 1944. Este documento foi elaborado por um comité com os seguintes membros: Barbosa de Magalhães, Azevedo Gomes, Bento de Jesus Caraça, Álvaro Cunhal, Luís Dias Amado, Jacinto Simões e José Magalhães Godinho, e recebeu a aprovação do Conselho Nacional numa reunião de dois dias na casa de campo do Dr. Luciano Barata¹⁴; durante o mês seguinte foi impresso e distribuído clandestinamente por todo o País. Os seus nove pontos representavam uma combinação das medidas de emergência propostas pelo Partido Comunista com algumas reformas mais específicas desejadas pelos republicanos: a destruição do sistema fascista, a introdução dum sistema democrático, o melhoramento das condições de vida do povo português, a democratização do crédito e das instituições bancárias, o desenvolvimento da educação e da cultura, a reforma do sistema judicial, a reorganização das forças armadas, «a defesa da unidade de Portugal e das colónias» (*sic*) e o apoio de Portugal aos Aliados e às Nações Unidas¹⁵. Com excepção da posição reaccionária sobre a questão colonial, era uma formulação progressista e convincente da alternativa democrática e teve um impacte imediato e importante na cena nacional. Pela primeira vez em 18 anos, as forças democráticas demonstraram que eram capazes de se unificar e de propor uma alternativa prática. Salazar tinha motivo para se preocupar, na medida em que a derrota das forças do Eixo coincidia com

¹² *Avante!*, VI série, n.º 47, 2.ª quinzena de Janeiro de 1941.

¹³ *Ibid.*, VI série, n.º 52, 2.ª quinzena de Abril de 1944 (sublinhado do original).

¹⁴ José Magalhães Godinho, *Como Surgiu a União Socialista*, cit., p. 5.

¹⁵ Conselho Nacional de Unidade Antifascista, *Programa de Emergência do Governo Provisório* (Agosto de 1944); consultado por cortesia do Dr. José Magalhães Godinho.

o desenvolvimento do movimento antifascista em Portugal; em Setembro reorganizou o Conselho de Ministros, com a introdução de ministros mais novos, como Marcelo Caetano, e a intensificação das relações com os Aliados ocidentais¹⁶.

Com a publicação do seu programa, o MUNAF já não podia evitar a questão espinhosa da estratégia revolucionária. O problema fundamental era muito simples: um movimento de resistência do tipo dos que existiam nos países ocupados da Europa podia vencer num país não ocupado e que nem sequer estava em guerra? Foi este o dilema que o MUNAF não pôde resolver e que talvez não tivesse solução. O Conselho Nacional, tal como o Partido Comunista, aproveitou todas as oportunidades de denunciar o Governo de Salazar como um governo de «traição nacional», criticando as exportações constantes para o Eixo, a entrega de Timor aos Japoneses e os privilégios concedidos aos representantes diplomáticos da Alemanha e da Itália; mas era um facto que o regime tinha raízes domésticas e que não havia tropas estrangeiras em território português (ou, para ser exacto, havia tropas estrangeiras nas bases açorianas, mas eram tropas britânicas e americanas, e não do Eixo). Como a resistência armada não surgia como uma reacção popular espontânea a uma ocupação estrangeira, o próprio MUNAF teria de criar as condições para que ela surgisse; e para isso quase não existiam antecedentes na história nacional.

Dentro do MUNAF existiam fundamentalmente duas estratégias no que à luta armada se refere (para não falar dos sectores cujo apoio à ideia de luta armada era pura retórica): a estratégia dos velhos republicanos e a do Partido Comunista. A estratégia dos republicanos era a da conspiração militar que conduzisse ao golpe contra Salazar e à restauração do regime republicano derrubado em 1926. Contra isso, o PCP defendia a linha da insurreição de massas, do «levantamento nacional antifascista», que resultaria dum processo de intensificação das lutas populares (greves, manifestações, lutas pelo pão e pelos géneros), da preparação de destacamentos armados de trabalhadores e da subversão ou neutralização da maior parte das forças armadas. Em termos teóricos, não seria impossível combinar as duas estratégias, pensando na possibilidade duma intensificação das lutas de massas que culminasse numa greve geral revolucionária, seguida dum golpe progressista por oficiais republicanos; mas, na prática, uma tal combinação era pouco provável, porque as duas estratégias derivavam de concepções políticas radicalmente diferentes. Para o PCP, o protagonista essencial era a classe operária, ou as classes populares em conjunto, e o objectivo do movimento era uma democracia avançada que realizasse uma reestruturação fundamental da sociedade portuguesa; para os republicanos, os seus sucessores, e o objectivo era a restauração do *statu quo* da República, ou seus sucessores, e o objectivo era a restauração do *statu quo* da República, com algumas reformas sociais limitadas. Era esta concepção que os comunistas e os socialistas de esquerda criticavam como o «revivalho», que se tinha intentado já tantas vezes e que se voltaria a intentar sem êxito em muitas ocasiões posteriores. Mas havia muitas dificuldades também para que tivesse êxito a estratégia comunista; não era fácil criar as condições para um verdadeiro levantamento de massas, mesmo quando o regime era repressivo e impopular e aparentemente cada vez mais isolado internacionalmente.

* O Século de 6 e 7 de Setembro de 1944.

Os problemas da estratégia política eram constantemente discutidos nos diferentes sectores da oposição. No seu *Informe Político ao Primeiro Congresso Ilegal do Partido Comunista*, celebrado em Setembro de 1943, Alvaro Cunhal defendia a política de unidade com os republicanos, «a mais forte corrente antifascista a seguir à comunista», apesar das dificuldades do trabalho político com eles. A primeira e grande dificuldade era precisamente a diferença de concepções estratégicas para o derrubamento do fascismo; as posições putschistas tinham levado os republicanos a desprezar qualquer actividade não relacionada directamente com as conspirações militares, e portanto não mostravam nenhum interesse pela política de massas ou — até recentemente — por negociações políticas de fundo. A segunda dificuldade, ligada à primeira, era a falta de confiança dos republicanos na capacidade do povo português para derrubar o fascismo; a consequência desta atitude, segundo Cunhal, era uma tendência para esperar passivamente uma mudança na situação internacional, ou seja, uma libertação pela mão dos Aliados¹⁷. A estratégia putschista assentava na ideia de que o derrube do fascismo chegaria quando um grupo de conspiradores conseguisse aliciar um número suficiente de oficiais nas forças armadas; alguns republicanos esperavam que o *putsch* tivesse o apoio de destacamentos armados civis, mas este aspecto seria secundário. A cronologia do golpe, na concepção dos chefes republicanos, não tinha muita relação com a conjuntura política, com o amadurecimento duma situação revolucionária ou com a radicalização das massas; resultaria duma decisão dos dirigentes da conspiração no momento em que tivessem aliciado o apoio adequado nos meios militares. O Partido Comunista não negava a necessidade de alguma acção militar para vencer o fascismo, mas insistia em que a intervenção militar, para ser bem sucedida, tinha de se integrar numa insurreição revolucionária de massas. Alguns republicanos motejavam da estratégia comunista por defender a ideia dum misterioso «movimento pacífico de massas» que derrubasse o regime sem derramamento de sangue. Não podiam estar mais equivocados, dizia Cunhal: na ausência duma mudança inesperada na situação internacional (com, por exemplo, uma intervenção dos Aliados em Portugal, como acontecia em Itália, o que parecia muito improvável), o PCP pensava que o regime salazarista só cairia com um levantamento armado dentro do País. Mas o levantamento só podia acontecer quando estivessem maduras as condições políticas, económicas e sociais produzindo uma crise revolucionária na qual, na análise de Lenine, as massas estivessem dispostas a lutar e a morrer para derrubar o sistema e as classes dominantes já não pudessem governar como dantes. Por este motivo, o Partido Comunista dedicava todos os seus recursos à organização revolucionária das massas, ao contrário dos putschistas, que restringiam os seus esforços — aliás muito limitados — à procura de novos conspiradores militares¹⁸. Mas, ao dizer isso, Cunhal tinha de reconhecer a debilidade da preparação do PCP para a luta armada e insistia na necessidade

¹⁷ *A Luta pelo Pão, pela Liberdade e pela Independência do Povo Português: Informe Político ao 1.º Congresso Ilegal do Partido Comunista Português*. Informante: camarada Duarte. Tribunal da Boa Hora, processo 16 016-C, 1961 (processo dos acusados pelo Programa para a Democratização da República), 3.º vol., fls. 231-234; fasc. III, pp. 6-9.

¹⁸ *Ibid.*, fasc. IV, pp. 11-13.

para o Partido de desenvolver mais a sua organização dentro das forças armadas¹⁹.

Uma vez adoptado oficialmente o Programa do MUNAF, o PCP redobrou a sua propaganda a favor da preparação activa dum movimento insurreccional. Em Setembro de 1944, o *Avante!* declara que as condições estão maduras «para que, num próximo futuro, o Povo português se levante em massa contra a tirania fascista»:

Como preparar essa grande ofensiva? Nas fábricas e nos campos, os *movimentos reivindicativos* devem ganhar uma nova intensidade. Devem multiplicar-se as *reclamações* por melhores salários, por um justo horário de trabalho, contra os descontos, contra o imposto profissional, pelo pagamento a dobrar das horas extraordinárias, etc. *As comissões de unidade, escolhidas ou aprovadas pelos trabalhadores*, em cada fábrica ou empresa, em cada localidade, em cada herdade ou povoação, devem formar-se às centenas, para encabeçar esses movimentos. As lutas reivindicativas devem unificar-se, tornar-se *lutas por indústria, por localidade, por região*. Os *sindicatos nacionais* e as *casas do povo* devem ser chamados e arrastados à luta.

Nestes movimentos reivindicativos, uma perspectiva deve estar bem clara: as massas unidas, solidárias, com os seus organismos de unidade constituídos, terão dentro em breve que lançar-se em lutas vigorosas contra o governo fascista, em amplas greves, manifestações, movimentos de protesto. *Adiante do nosso povo apresenta-se já, com toda a nitidez, a perspectiva duma grande greve geral política contra o Governo fascista de Salazar.*

Mas, para que as lutas populares sejam bem sucedidas, é necessário também imediatamente, sem perda de tempo, *fortalecer a organização nas forças armadas*. Todos os soldados comunistas e antifascistas incorporados devem ser imediatamente ligados ao Comité de Organização Militar do nosso Partido.

Em toda a parte, os trabalhadores devem fortalecer os laços de amizade com os soldados, guardas-republicanos, polícias de segurança que conheçam, devem fazer junto deles um insistente trabalho para os convencer de que não devem participar na repressão dos movimentos populares [...] ²⁰

Seria difícil imaginar uma formulação mais explícita duma estratégia insurreccional; o Partido ainda não chamava ao levantamento armado imediato, mas não estava muito longe disso. O que ainda não estava claro era se o MUNAF, como organismo unitário, se comprometeria a fundo num movimento insurreccional. Na realidade, a divisão dentro do Conselho Nacional seria fatal neste sentido: nos dois anos seguintes deram-se os primeiros passos na preparação tanto dum levantamento de massas como dum golpe militar, mas sem coordenação e sem que qualquer das acções tivesse sido levada a bom termo.

Em finais de 1944, o Conselho Nacional deu um passo importante na via da insurreição popular com a decisão de organizar *grupos antifas-*

¹⁹ *A Luta pelo Pão* [...], fasc. 1, p. 19.

²⁰ *Avante!*, VI série, n.º 61, 1.ª quinzena de Setembro de 1944. Ver também o n.º 60, 2.ª quinzena de Agosto de 1944: «A próxima incorporação: fortaleçamos a organização nas forças armadas» (sublinhado do original).

cistas de combate, ou GACs. Ao contrário das comissões de unidade nacional, concebidas como coligações mais ou menos representativas das diferentes tendências políticas ao nível local, os GACs deviam incorporar qualquer pessoa, com ou sem partido, que se prestasse a participar na luta activa contra o regime. O recrutamento dos GACs dirigia-se especialmente a «os portugueses antifascistas e patriotas não integrados nas organizações políticas nacionais», com o fim imediato de assentar as bases duma organização combativa para a luta de libertação nacional que se aproximava²¹. Deviam ser unidades operacionais de grande flexibilidade, e portanto não teriam um número fixo de membros nem reuniões regulares ou formais; desencadeariam acções rápidas e imprevistas contra as forças repressivas e de apoio às lutas populares, alargando a base de massas da resistência antifascista. Os partidos e agrupamentos filiados no MUNAF deviam ajudar na organização dos GACs, mas, uma vez organizados, estes teriam uma estrutura de mando própria, sujeita unicamente à autoridade do Conselho Nacional. Embora de composição civil, os GACs deviam procurar armar-se e desenvolver contactos com soldados e oficiais que pudessem ser atraídos a colaborar. Numa palavra, seriam os núcleos armados da Resistência Portuguesa, dirigidos pelo Conselho Nacional, mas capazes de empreender acções autónomas contra o regime.

A tarefa de organização dos GACs foi iniciada pelo Partido Comunista e por alguns socialistas e republicanos, mas com resultados muito limitados. O intento de organizar estas unidades enfrentava dois obstáculos fundamentais: primeiro, as condições objectivas em Portugal não eram muito favoráveis para um movimento insurreccional; segundo, vários sectores do próprio MUNAF desconfiavam duma tal iniciativa. Apesar da intensidade dos protestos populares — greves, manifestações, assaltos aos açambarcadores de géneros, etc. —, que aumentavam constantemente contra a inflação e a escassez do período de guerra, não se pode afirmar que o povo estivesse realmente disposto a tomar as armas; e, no que se refere aos republicanos, a maioria deles prosseguia numa atitude de espera, insinuando que o início da resistência activa devia esperar até que estivesse madura a conspiração militar, ou até que a derrota do Eixo deixasse Salazar isolado no campo internacional. O PCP cedo começou a perder a paciência com as manobras da oposição burguesa; em Fevereiro de 1945, o *Avante!* queixava-se de que as instruções dadas pelo Conselho Nacional para a formação de GACs eram demasiado vagas, porque não especificavam as tarefas nem os métodos de organização destes. O Partido Comunista, como «força de vanguarda do movimento de Unidade Nacional», devia tomar a iniciativa na formação dos GACs; os militantes do Partido nem sempre tinham de participar pessoalmente nos novos agrupamentos, mas deviam ajudar ao máximo na sua organização e estimulá-los à acção. Não se tratava de empreender acções armadas isoladas; isto só afastaria os GACs das massas e «Não são grupos de heróis que levarão a cabo a revolução». Os GACs deviam converter-se nos destacamentos armados do movimento de massas, tomando acções de defesa dos trabalhadores e camponeses em luta:

Mas, para que se tornem verdadeiros organismos de combate, necessitam de agir desde já. Só na acção ganharão o treino e experiência para acções futuras.

²¹ *Avante!*, vi série, n.º 68, 2.ª quinzena de Dezembro de 1944, citando uma declaração do Conselho Nacional de Unidade Antifascista.

Um GAC formado deve ser um GAC a actuar. Os GACs não são só necessários para a insurreição. São necessários para as lutas que antecedem a insurreição. Um GAC que se formasse e ficasse esperando de braços cruzados a hora H da insurreição seria hoje um organismo quase inútil e nunca poderia vir a ser amanhã um destacamento armado para a insurreição [...]

Desde já podem ser atribuídas aos GACs importantes tarefas de harmonia com a situação presente. Aos GACs pode caber a defesa armada das massas contra a brutal repressão fascista, o assalto e distribuição pelo povo de géneros açambarcados, a defesa do povo e dos militantes antifascistas contra os seus inimigos, a execução de campanhas de agitação, a obtenção de armas e munições quer para o próprio GAC, quer para outros, etc. Estas são algumas das tarefas gerais que, desde já, os GACs poderão começar a levar a cabo [...] ²²

Mas esta estratégia de vincular a resistência armada ao regime directamente às lutas de classes dos operários e camponeses não era aceite pelos outros sectores do MUNAF; alguns socialistas de esquerda e anarquistas podiam estar de acordo em princípio, mas careciam dos meios para a implementar e os republicanos não tinham interesse numa insurreição de massas. Houve de facto vários assaltos pelo povo a celeiros e aos açambarcadores e enfrentamentos violentos com a polícia e a GNR nas greves e manifestações; mas incidentes deste tipo (geralmente espontâneos, embora apoiados e encabeçados pelo PCP) não chegaram ao nível de resistência sistemática proposta pelos comunistas.

Os GACs que se criaram parece que de facto intentaram arranjar armas e desenvolver contactos com os militares, para os aliciar ou neutralizar ²³. Mas as suas actividades não passaram daí e, na realidade, o MUNAF nunca chegou ao momento vital de tomar as armas contra o regime. O motivo fundamental disto era, sem dúvida, o facto de Portugal se encontrar em paz e as contradições sociais e políticas, embora sérias, ainda não chegarem ao ponto de guerra civil. Mas é certo que a resistência antifascista, para ter um impacte efectivo, e não só uma presença simbólica, precisava duma estratégia revolucionária; e não é impossível que os GACs tivessem chegado a iniciar um processo de resistência armada autêntica se houvesse uma vontade política clara nesse sentido por parte do Conselho Nacional. Mais recentemente, os comunistas, ao fazerem uma autocrítica da sua actuação dessa época, censuraram a táctica dos GACs como «esquerdista» ²⁴; mas, dentro de uma estratégia revolucionária não havia muitas alternativas: adoptar uma estratégia puramente pacífica seria confiar na bondade do regime em conceder reformas e manter uma posição verbalmente insurreccional sem a preparar na prática (que, aliás, é o que o Partido chegaria a fazer nos anos 50 e 60) conduziria a uma situação de esterilidade e inércia semelhante à dos republicanos, eternamente à espera do golpe militar que não chegava. (A terceira alternativa, efectivamente «esquer-

²² *Avante!*, VI série, n.º 72, 2.ª quinzena de Fevereiro de 1945: «Os GACs devem agir desde já.»

²³ Entrevista com o Dr. José Magalhães Godinho (Lisboa, 22 de Janeiro de 1977).

²⁴ Entrevistas com Álvaro Cunhal (Lisboa, 26 de Junho de 1978) e com Fernando Pitteira Santos (Lisboa, 9 de Dezembro de 1976).

dista» — de empreender acções violentas de tipo terrorista, sem ligação às massas — nunca chegou a ser considerada no PCP).

A outra face da estratégia revolucionária do MUNAF era a preparação do clássico golpe militar. Embora nos primeiros anos da Ditadura tenha havido muitas revoltas e golpes fracassados, desde 1935 que praticamente não havia conspirações militares. A formação do MUNAF, com o general Norton de Matos à frente e vários oficiais (mesmo que reformados) no Conselho Nacional, parecia aumentar as possibilidades de um golpe. Assim, o Conselho Nacional criou um «comité revolucionário» secreto, também dirigido pelo general Norton de Matos, que ficou formalmente constituído numa reunião em casa de Bento de Jesus Caraça. José Magalhães Godinho (cujo pai fora oficial durante a República) aliciou várias figuras militares a participarem no comité e começaram a preparar projectos. E mais de uma ocasião, a partir dos primeiros meses de 1945, se afirmou que os oficiais democráticos estavam prontos para sair dos quartéis, mas, por um motivo ou por outro, o movimento militar ficava sempre adiado, pelo menos até à revolta (falhada) da Mealhada, em Outubro de 1946. Enquanto não terminasse a segunda guerra mundial, havia sempre alguns oficiais que pretextavam o perigo de intervenção espanhola; mas, depois da vitória dos Aliados, houve outros que se deixaram seduzir pela repentina «conversão» democrática de Salazar, acreditando na possibilidade duma mudança pacífica do regime. Mas, à medida que se tornava evidente o carácter fraudulento da «liberalização» salazarista, ressurgiam as conspirações golpistas. Houve um movimento preparado para Agosto de 1945, que se aprazou no último momento, e outro para finais de Outubro. Foi nesta ocasião que os principais dirigentes do «comité revolucionário» — o almirante Cabeçadas, o coronel Tamagnini Barbosa e o tenente-coronel Lelo Portela — convenceram o Movimento de Unidade Democrática (MUD) a suspender as suas reuniões públicas para não prejudicar as possibilidades do golpe, com o argumento de que este só poderia triunfar num ambiente de tranquilidade...²⁵ Uma vez mais, o golpe tão antecipado não chegou e a única coisa que se conseguiu foi prejudicar o movimento popular com a interrupção das reuniões públicas, para alívio do regime. Na opinião de Octávio Pato, então dirigente da Juventude Comunista:

Nós sempre considerámos que atitudes desse género tinham efeitos castradores no desenvolvimento do movimento de massas. Essas tentativas criaram ilusões entre as massas populares e até entre dirigentes políticos, que, em lugar de canalizarem as suas energias e os seus esforços para actividades de massas, para uma luta objectiva e concreta contra o fascismo, andavam envolvidos em reuniões e em tentativas de *putsches* que a nada conduziam, além, evidentemente, duma perda de energias. E, como se tal não bastasse, ainda facilitavam a acção repressiva fascista, a localização dos militares democratas e progressistas!²⁶

Esta opinião dos comunistas tem muito de verdade, mas também não se pode desprezar tão facilmente a perspectiva golpista. De facto, de 1943 a 1947 houve uma situação de conspiração militar quase constante, que se alimentava da crise interna do regime e da derrota das potências do

²⁵ Entrevista com o Dr. José Magalhães Godinho (Lisboa, 22 de Janeiro de 1977).

²⁶ Octávio Pato, numa entrevista com o autor (Lisboa, 4 de Março de 1977).

Eixo; e havia uma possibilidade real de um golpe liberal, tal como no Brasil em 1945. Na realidade, o PCP, em certos momentos, reconhecia isto: no informe político de Cunhal ao I Congresso Ilegal do Partido, em 1943, há umas observações muito interessantes neste aspecto:

Pode acontecer que certos dirigentes fascistas passem, em certo momento, a estar interessados no derrubamento do fascismo salazarista e tomem mesmo iniciativas no sentido de, por exemplo, uma «bado-gliada» portuguesa. Nós, comunistas, não nos poderíamos desinteressar dum tal movimento. Pelo contrário: deveríamos tomar um papel activo a fim de lhe imprimir um conteúdo mais democrático e progressivo.

Suponde, por exemplo, que o general Carmona se resolvesse a apoiar uma «revolução de palácio» que destituísse Salazar e o seu Governo e colocasse no poder um governo que, desde logo, tomasse medidas como: dissolução da PVDE e da Legião; limpeza do aparelho do Estado (forças armadas, serviços de propaganda, funcionalismo, etc.) dos elementos pró-hitlerianos; libertação dos presos políticos e extinção do Campo de Morte do Tarrafal; instituição das liberdades democráticas básicas [...] Claro, camaradas, que isto é uma mera hipótese [...] [Mas] Um governo que levasse realmente a cabo as medidas que acabo de enumerar, mesmo que ele fosse constituído com a colaboração de Carmona, não deveria por nós ser imediatamente hostilizado [...]»²⁷

Portanto, as advertências constantes do Partido Comunista contra as ilusões putschistas não iam contra a possibilidade real de um golpe, mas contra o *putschismo como estratégia*, a tendência a subordinar toda a actividade política a um golpe hipotético que não chegava. Neste aspecto, a crítica do PCP era evidentemente justificada; a clássica conspiração militar organizada pelos oficiais republicanos revelava uma concepção política caduca, uma desconfiança na iniciativa popular e uma falta de compreensão da força do regime. Um gesto militar por alguns oficiais progressistas só poderia derrubar o salazarismo se os alicerces do regime tivessem sido debilitados primeiro por uma profunda crise interna e/ou externa (como finalmente aconteceria em 1974). Em 1944-47 existiam de facto vários elementos de crise, que uma intensa e bem orientada campanha política podia aproveitar. O programa do MUNAF (e logo a formação do MUD) representava um passo nesse sentido; mas as contradições internas do Conselho Nacional, e especialmente a dominação dos velhos republicanos, com uma visão política elitista e diletante, impediam o desenvolvimento duma estratégia revolucionária eficaz. Nos momentos de maior agitação popular — Maio de 1944, de Agosto a Outubro de 1945, Abril de 1947 — é bem provável que o regime não houvesse resistido a um movimento militar bem organizado. Mas a combinação necessária de todos os elementos da oposição não se deu, precisamente, por causa das contradições e debilidades examinadas aqui; e o regime voltou a consolidar-se no mundo do após-guerra.

²⁷ *A Luta pelo Pão* [...], fasc. IV, pp. 1-2.